

EDUCAÇÃO CONSPÍCUA? DE VEBLÉN À SMITH: NATUREZA HUMANA E A BUSCA PELA VALIDAÇÃO SOCIAL

CONSPICUOUS EDUCATION? FROM VEBLÉN TO SMITH: HUMAN NATURE AND THE SEARCH FOR SOCIAL VALIDATION.

Otávio Florentino Detoni¹

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

RESUMO

O estudo investiga as teorias de Adam Smith e Thorstein Veblen, enfatizando como eles interpretam a busca por aprovação social como um elemento central da natureza humana. A análise compara suas perspectivas sobre o consumo de luxo como um marcador de distinção social e integra a noção de educação como um bem de luxo. A noção de capital cultural e delimitação de classes de Bourdieu é integrada à análise para maior sustentação teórica de como a educação pode ser tratada como um bem de luxo. O artigo conclui ressaltando que a educação, além de ser uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, atua como um símbolo de status social. A educação é vista como benéfica para a sociedade, não apenas pela validação social que proporciona, mas também pelas suas externalidades positivas econômicas e sociais.

Palavras-chave: Adam Smith; Educação; Status Social; Thorstein Veblen;

ABSTRACT

The study examines the theories of Adam Smith and Thorstein Veblen, focusing on how they interpret the pursuit of social approval as a central element of human nature. The analysis compares their perspectives on luxury consumption as a social distinction marker and integrates the concept of education as a luxury good. Bourdieu's notion of cultural capital and class delineation is incorporated into the analysis for greater theoretical support on how education can be treated as a luxury good. The article concludes by emphasizing that education, besides being a tool for personal development, acts as a symbol of social status. Education is seen as beneficial to society, not only for the social validation it provides, but also for its positive economic and social externalities.

Keywords: Adam Smith; Education; Social Status; Thorstein Veblen.

RESUMEN

El estudio investiga las teorías de Adam Smith y Thorstein Veblen, destacando cómo interpretan la búsqueda de aprobación social como un elemento central de la naturaleza humana. Analiza sus perspectivas sobre el consumo de lujo como un marcador de distinción social e integra la educación como un bien de lujo. La noción de capital cultural y la delimitación de clases de Bourdieu se incorporan para apoyar teóricamente cómo se puede considerar la educación como un bien de lujo. El artículo concluye enfatizando que la educación, además de ser una herramienta de desarrollo personal, actúa como un símbolo de estatus social y es beneficiosa para la sociedad, no solo por la validación social que proporciona, sino también por sus externalidades positivas económicas y sociales.

Palabras clave: Adam Smith; Educación; Estatus Social; Thorstein Veblen.

¹Doutor em Economia. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo (FEA/USP) Professor do Curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Rua Castro Alves, s/n, Bairro Pirineus, Leopoldina-Minas Gerais, Brasil, CEP:36700-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6995-4345> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8603052271064271>. E-mail: otaviodetonii@gmail.com

INTRODUÇÃO

Thorstein Veblen e Adam Smith são economistas e pensadores sociais celebrados. O escopo de seus esforços intelectuais abrange importantes aspectos da vida em sociedade, seja por ótica filosófica ou econômica. Embora reconhecidamente distintos quanto às soluções para a condução da economia, os autores compartilham notáveis semelhanças em como percebem o comportamento humano e a vida social. Tanto o “pai da economia”, Smith, quanto o “pai do institucionalismo” norte-americano, Veblen, viam os indivíduos como seres motivados pela busca de aprovação e reconhecimento social. Ambos também identificaram no consumo de luxo — ou, no conceito de Veblen, consumo conspícuo — um meio para alcançar o desejado status social.

O professor Jon Wisman, em um artigo publicado em 2019 pelo periódico inglês *Cambridge Journal*, argumenta que a principal divergência entre Smith e Veblen decorre do contexto histórico e dos objetivos de suas obras. Enquanto Smith, em *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), visava construir uma teoria da moralidade, Veblen, em *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), buscava uma crítica contundente ao capitalismo e aos costumes dos ricos de sua época. Smith focava na edificação de princípios éticos, enquanto Veblen procurava racionalizar as relações sociais e econômicas, propondo uma sociedade mais estruturada e centrada no esforço humano.

A discussão sobre a busca por aprovação social e status, conforme abordada por ambos os autores, suscita uma questão intrigante: a felicidade humana depende da aprovação social? Este estudo explora a ideia de que, embora influenciada por essa busca, a felicidade não se restringe ao consumo de bens materiais. Argumenta-se que o luxo pode transcender o tangível, alcançando bens imateriais como a educação. O objetivo é investigar como a educação, tradicionalmente vista como um instrumento de enriquecimento pessoal e profissional, também pode funcionar como símbolo de status que contribui para a felicidade humana. Assim, além de aprimoramento individual, a educação é percebida como um bem de luxo capaz de elevar o status social e proporcionar maior sensação de realização e bem-estar.

Essa abordagem desafia a visão convencional de que luxo se limita a bens materiais, ampliando o conceito para incluir elementos imateriais como a educação. O estudo demonstra que a busca por realização pessoal e reconhecimento social pode ser atendida por meios não tangíveis, mas igualmente significativos.

Além desta introdução, o texto divide-se em quatro seções principais. A segunda seção explora as correspondências entre Veblen (1899) e Smith (1759) sobre a busca por aprovação social. A terceira seção aprofunda a análise, destacando que, apesar das semelhanças, as visões de ambos levam a resultados distintos: para Smith, essa busca é benéfica, pois estimula a economia; para Veblen, trata-se de uma prática predatória e ineficiente. A quarta seção reflete sobre como a educação pode ser considerada um bem de luxo, funcionando como um meio de distinção social que torna a busca por reconhecimento mais eficiente e significativa. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, argumentando que, embora a educação como instrumento de distinção social possa ser benéfica, essa análise requer múltiplas nuances e ponderações.

O PRINCÍPIO E A BUSCA PELA APROVAÇÃO SOCIAL: CORRESPONDÊNCIAS EM VEBLLEN E SMITH

A natureza, quando formou o homem para a sociedade, dotou-o de um desejo original de agradar e de uma aversão original de ofender seus irmãos. Ela o ensinou a sentir prazer em sua consideração favorável e dor em sua consideração desfavorável. Ela tornou sua aprovação mais lisonjeira e mais agradável para ele por si mesma; e sua desaprovação mais mortificante e ofensiva. (Smith, 1759, p. 212; III.2).

Na “Teoria dos Sentimentos Morais”, clássica obra de 1759, Smith desdobrou uma teoria do comportamento humano em que os humanos são descritos como lutando primeiro e principalmente pela sua autoestima através da obtenção de aprovação social. Este princípio de aprovação diz respeito:

à faculdade da mente que torna certos personagens agradáveis ou desagradáveis para nós, nos faz preferir um estilo de conduta a outro, denominar certo e o outro errado, e considerar um como o objeto de aprovação, honra e recompensa; a outra como a de culpa, censura e punição. (Smith, 1759, p. 497; VII.3.1)

Anos mais tarde, Thorstein Veblen, em “Teoria da Classe Ociosa”, obra de 1899, também escreveu a respeito de como os humanos possuem necessidade da aprovação dos demais indivíduos que os cercam e da importância de sua conquista para o respeito próprio:

A base usual do respeito próprio é o respeito concedido pelos vizinhos. Apenas indivíduos com temperamento aberrante podem, a longo prazo, manter sua autoestima em face do desprezo de seus companheiros. (Veblen, 1899, p. 39).

Veblen insistiu igualmente que a necessidade da aprovação dos outros estava baseada na natureza humana. Este motivo de emulação é uma espécie de estímulo para uma “comparação invejosa” que nos leva a querer superar aqueles com quem temos o hábito de nos classificar.

Com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a emulação é provavelmente a mais forte, mais alerta e persistente dos motivos econômicos adequados... propensão para a emulação - para comparação invejosa - é... antiga e é uma característica predominante da natureza humana. (Veblen, 1899, pp. 110, 109).

No entanto, enquanto Smith (1759) abordou o consumo conspícuo como uma entre muitas formas de comportamento que certifica a aprovação dos demais, Veblen (1899), embora também reconheça muitas expressões comportamentais como obtendo a estima dos outros, focou predominantemente no papel do consumo conspícuo. Wisman (2019) argumenta que a razão para isso está centrada na distinta sociedade pela qual ambos passaram e observaram. A sociedade de Smith era muito menos rica do que a que Veblen veio a presenciar anos mais tarde. Na época de Smith, o consumo conspícuo ainda não era algo tão democratizado, havendo espaço para os indivíduos, em seu melhor, buscarem outras formas de aprovação ou admiração, os bons valores morais, ou, nos termos de Smith, as virtudes divinas, como: simpatia e generosidade.

Embora Smith e Veblen sustentassem que os humanos naturalmente precisam da aprovação dos outros, o que pode alcançar essa aprovação é, em grande medida, determinado socialmente pelos valores que foram gerados na evolução da estrutura cultural ou institucional da sociedade. Os humanos são socializados de acordo com esses valores de maneiras variadas. Smith, por exemplo, destaca o papel da observação neste processo de socialização. (Wisman, 2019).

Nossas observações contínuas sobre a conduta dos outros insensivelmente nos levam a formar para nós mesmos certas regras gerais sobre o que é adequado e apropriado ser feito ou evitado... Originalmente, não aprovamos ou condenamos ações particulares, porque, após exame, eles parecem ser agradáveis ou inconsistentes com uma certa regra geral. A regra geral, pelo contrário, é formada pela descoberta da experiência de que todas as ações de um certo tipo, ou circunstâncias de certa forma, são aprovados ou reprovados. (Smith, 1759, pp. 263-264; II.4.8).

Da mesma forma, a natureza de nossas próprias ações só é revelada por referência a como os outros as percebem. A sociedade fornece o espelho para avaliar nossos julgamentos. Ou seja, nossos próprios julgamentos e opiniões são formulados mutuamente de acordo com os julgamentos e opiniões da ampla sociedade. Desta forma, as regras morais são generalizações indutivas - "As máximas gerais da moralidade são formadas, como todas as outras máximas gerais, a partir da experiência e indução" (Smith, 1759, p. 505; VII.3.1).

A forte afirmação feita por Smith e Veblen de que os humanos naturalmente precisam da aprovação social de outros tem validade? Qual a força do argumento? Parece correto para a maioria das pessoas, mesmo que não seja dada importância pela maioria dos economistas, mesmo dentro da tradição heterodoxa. No entanto, Wisman (2019) traz um apanhado de pensadores sociais que dedicam esforços para além do reino da economia e que também dedicaram devida relevância à questão. Em resumo, muitos pensadores sociais reconheceram a necessidade humana de aprovação dos demais, e visto que o status social é extremamente importante para pessoas, perseguir tal condição afeta fortemente o comportamento individual. Karl Polanyi, por exemplo, escreveu que

um indivíduo é motivado “para salvaguardar sua posição social, suas reivindicações sociais, seus bens sociais. Ele valoriza os bens materiais na medida em que atendam a esse fim”(1944, p. 46).

O filósofo John Rawls (1999) também advoga que a forma como as pessoas são julgadas pelos outros constitui a base para a sua autoestima, dimensão essa que o filósofo traçou como o "talvez o bem primário mais importante". O próprio famoso psicanalista Freud (1994) também direcionou escritos para a questão, de acordo com ele, o medo de perder o amor dos demais é fonte de grande parte da ansiedade social. Charles Darwin (1871) relacionou a busca pela aprovação social com a sua contribuição científica central – seleção natural. Para Darwin um dos instintos mais poderosos para o desenvolvimento das virtudes sociais é proporcionado pelo elogio e crítica dos pares, tal traço adquirido pelo ser humano por meio da seleção natural. Essa constatação guarda relação até mesmo com a sequência de uma linhagem genética, em suma, aqueles que alcançam a aprovação dos outros são mais bem-sucedidos no acasalamento e conseqüentemente enviam seus genes únicos para o futuro.

Anos após Smith e Veblen dedicarem seus esforços a essas questões, alguns economistas do panteão daqueles que ficaram conhecidos com os teóricos do desenvolvimento econômico também colocaram essas questões em suas “equações” que descreviam como deveria ocorrer o desenvolvimento de uma nação. Em especial, podemos citar Ragnar Nurkse, em sua obra de 1957, ele avaliou os problemas da formação de capital dos países subdesenvolvidos, em suma, avaliou porque os países pobres eram pobres. Não cabe aqui, discorrer de forma densa sobre as constatações do teórico, no entanto, cabe colocar que um dos problemas desses países atrasados, e que emperrava a formação de capital, se traduzia na incapacidade de formar poupança, em parte, devido ao fenômeno identificado como efeito-demonstração. As elites dos países subdesenvolvidos foram identificadas como tendo forte tendência a emular os padrões de consumo das elites dos países ricos, deixando quase nada ou nenhum recurso para investimento local e desenvolvimento. Fica claro que Nurkse está capturando a essência do que Smith e Veblen já haviam dito anos ou séculos antes dele, porém agora de forma mais prática e aplicada.

NATUREZA VIRTUOSA OU PREDATÓRIA? ÚTIL OU PREJUDICIAL?

Feito a aproximação em um plano mais geral das constatações de Smith (1959) e Veblen (1899) acerca do comportamento humano e a constante busca por prestígio social, além da busca de demais formulações fora da economia que dão peso às constatações dos dois grandes teóricos aqui em questão, a próxima seção se encarrega de destacar as principais nuances de cada autor a respeito do tema em questão. Em resumo, após a primeira tentativa de aproximá-los é agora

interessante diferencia-los afim de uma reflexão mais ampla acerca das implicações de tal comportamento predatório e ou virtuoso.

Smith e Veblen abordaram como o padrão de consumo é influenciado pela busca de status ou aprovação social. No entanto, enquanto Smith via esta busca como socialmente benéfica, Veblen a via como uma espécie de desperdício social. Cabe agora melhor explorar essa distinção que os separa.

Na adequada colocação do professor Wisman (2019), Smith viu a equação da felicidade com riqueza e luxo como um feliz engano. As instituições sociais que evoluíram para privilegiar a busca de aprovação por meio da riqueza eram vistos como naturais. Para Smith (1776) é a busca pela riqueza que desperta e mantém em movimento contínuo a indústria da humanidade. É o que levou os indivíduos a cultivar o solo, construir casas, fundar cidades e comunidades, inventar e melhorar todas as ciências e artes, que enobrecem e embelezam a vida humana. Ou seja, a busca por aprovação acarreta na geração de riquezas materiais úteis para melhorar o padrão de vida dos indivíduos na sociedade.

O homem rico se gloria em suas riquezas porque sente que elas naturalmente atraem sobre ele a atenção do mundo... e ele está mais interessado em sua riqueza por conta disso do que por todas as outras vantagens que lhe proporciona. (Smith, 1759, p. 276; III).

Diante da dinâmica social e a busca por riqueza para certificação social de Smith, o filósofo argumenta que tal foi a grande responsável e impulsionadora da transição do feudalismo para o capitalismo comercial. O crescente comércio que surgia com o fim da Idade Média trazia produtos de luxo que saltavam aos olhos dos grandes proprietários feudais, que competindo entre si pelo consumo desses bens, impulsionaram todo o crescimento da classe de comerciantes e deu legitimidade ao surgimento da burguesia. A vaidade e a “competição infantil” entre os senhores feudais foi decisória para suas respectivas perdas de poder e autoridade. (Weingast, 2017).

Eles desperdiçaram sua riqueza ao transferi-la para uma emergente e mais iluminada classe comercial iniciada. Tudo isso aconteceu sem qualquer intenção por parte dos atores de trazer esta feliz transformação. Em vez disso, funcionou como se fosse guiado por uma benéfica 'mão invisível', produzindo progresso que 'toda a violência do feudal instituições nunca poderiam ter efetuado, a operação silenciosa e insensível de estrangeiros o comércio e os fabricantes surgiram gradualmente. (Smith, 1776, p. 418).

Para Smith, a riqueza traz aprovação social e atenção, mas não se traduz em maior felicidade. E, além disso, pode ser corromper os sentimentos morais na medida em que os indivíduos mais sábios e virtuosos não recebem a tamanha e devida atenção de seus pares. Existe para Smith uma espécie de inversão de valores morais. Porém, se é que podemos chamar assim, essa inversão de valores possui uma utilidade social, na medida em que impulsiona a busca por riquezas e eleva o padrão de vida das sociedades.

Fica evidente que para Smith, de fato, a busca por distinção e aprovação social é uma característica que baliza as decisões e comportamento econômico humano. Os indivíduos buscam felicidade através da busca por ser amado, admirado e etc... No entanto, embora Smith considere esse comportamento desprezível, o mesmo reconhece que tal tem grande utilidade na geração de riquezas e melhoria do padrão de vida mais geral, para ele, no limite, tal comportamento agiu como um incentivo à indústria e agiu – no episódio histórico de transição do feudalismo - como um instrumento para transferência de poder econômico e político de uma classe de proprietários de terras parasitas para uma classe geradora de crescimento econômico.

Seriam os ricos mais felizes então? Ora, se um traço marcante do comportamento humano é a busca por aprovação social, certificada pela obtenção de riquezas, seria quase que tautológico afirmar que os menos dotados de riquezas ou bens materiais seriam menos felizes, dado que não receberiam a tão almejada admiração dos seus pares, correto? Smith surpreende nessa questão, ele afirma que não há diferença na verdadeira felicidade da vida humana. Mesmo estando os mais pobres envergonhados de sua condição, são eles que mais possuem tranquilidade para realizar as coisas mais simples e também prazerosas da vida. Smith chega a classificar as posses e riquezas das classes superiores como meras e inúteis “bugigangas”.

No que constitui a verdadeira felicidade da vida humana, [os pobres] não são de forma alguma inferiores aos que parecem muito acima deles. Com tranquilidade do corpo e paz de espírito, todas as diferentes classes de vida estão quase no mesmo nível, e o mendigo que se põe ao sol ao lado da estrada, possui aquela segurança pela qual os reis estão lutando... riqueza e grandeza são meras bugigangas”. Smith, 1759, pp. 303-4; IV.1.10).

Veblen (1899) cunhou o termo consumo conspícuo para referir-se ao dispêndio feito com a finalidade precípua de demonstração de condição social. De acordo com ele o consumo conspícuo manifesta-se por meio da compra de artigos de luxos e de gastos ostentatórios. É possível afirmar que Veblen dá um tratamento histórico-antropológico-sociológico à questão do consumo, que está diretamente ligada à teoria do processo de decisão baseada em instintos hábitos e instituições. Uma análise Vebleniana do consumo significa entender que o padrão de consumo de uma sociedade está relacionado não apenas às escolhas dos indivíduos isoladamente, mas principalmente aos hábitos mentais desenvolvidos por eles, e que se transformam em instituições quando se tornam ação coletiva. Desta maneira, a análise do consumo proposta por Veblen apresenta um caráter inerentemente social, cultural, histórico e evolucionário. (CAMATTA; 2014).

Para o teórico, percussor da escola institucionalista, a mola propulsora da acumulação é a emulação pecuniária, ou seja, a necessidade de cada indivíduo sobrepujar outros agentes na acumulação de bens (propriedade). Neste caso, o indivíduo procura conscientemente a emulação enquanto estímulo à rivalidade ou disputa, pois a posse da riqueza é por si só honorífica e capaz de

distinguir aquela que a detém dos demais. Em resumo, o consumo conspícuo seria a demonstração emulativa em termos do desperdício, da valoração de bens sem utilidade para o “preenchimento da vida”, suplemento, então, das mais puras demonstrações de poder pecuniário. O consumo conspícuo, assim como anteriormente o ócio conspícuo, seriam respostas à necessidade de expressão da diferenciação das classes sociais. (Cavaliéri, 2009).

Dessa forma, fica claro que para Veblen, assim como para Smith, o homem busca a diferenciação para obter aplausos. No entanto, enquanto Smith lança um olhar de desprezo para os hábitos de consumo relativos, mas reconhece certa utilidade social do mesmo, Veblen vê uma desutilidade social traduzida em desperdício de recursos que poderiam ser melhor utilizados. Em suma, para Smith a busca por aplausos imerecidos culminou em trabalho, agitação e progresso industrial. Para Veblen, tal caça ao reconhecimento e admiração culmina em enorme desperdício de recursos. Nas palavras de Veblen:

O excedente descartável que sobra após as necessidades físicas mais imperativas serem satisfeitas, não raro é desviado para o propósito de uma decência conspícuo, ao invés de adicionar fisicamente conforto e plenitude de vida. Além disso, a energia excedente disponível também provavelmente é gasta na aquisição de bens para consumo conspícuo ou tesouro conspícuo. (Veblen, 1889, p. 205)

Os indivíduos estão em constante busca de superação do padrão de consumo vizinho. Essa constante predatória os coloca em uma esteira, trabalhando cada vez mais para desperdiçar mais, sem nenhum aumento na felicidade ou mesmo no bem-estar. Em suma, os indivíduos consideram gratificante “ter” mais do que os outros, no entanto, esse novo padrão de riqueza é rapidamente absorvido por demais, deixando de proporcionar a mesma satisfação que proporcionava antes dos demais chegarem naquele nível. Ou seja, a tendência é de fato uma “esteira”, onde os indivíduos sentem a necessidade de buscarem aumentar cada vez o seu padrão conspícuo de maneira contínua.

Em sua luta por status, as pessoas aspiram aparecer acima da necessidade de trabalhar. O consumo conspícuo serve para realizar essa sinalização. Veblen traz seu clássico exemplo do vestido, para ele, um vestido “acertado” pode demonstrar que o seu usuário está acima da necessidade de trabalhar. Roupas caras são especialmente reveladoras da riqueza de seus usuários. O gasto com roupas caras está sempre em evidência e fornece uma indicação da posição pecuniária daquele que a veste, exibe a não necessidade do trabalho e ilustra o argumento a favor de que apenas sob diferentes instituições sociais o trabalho pode se tornar enobrecedor e motivo de admiração social.

O vestido elegante serve ao seu propósito de elegância, não só por ser caro, mas também porque é a insígnia do lazer. Não apenas mostra que o usuário é capaz de consumir um valor relativamente grande... Assim, para os homens, o sapato de couro envernizado, o

linho inoxidável, o lustroso chapéu cilíndrico e a bengala. Para as mulheres, o salto francês, a saia, cabelo comprido, o espartilho... (Veblen, 1899, pp. 167).

REFLEXÕES INICIAIS – A EDUCAÇÃO COMO UM BEM DE LUXO

No cerne da análise de Smith e Veblen sobre o comportamento humano está a busca por auto-respeito e avaliação positiva, frequentemente validada através do consumo de bens de luxo. Esta busca não se limita apenas a bens materiais como carros importados e roupas de grife, mas se estende também à educação. Assim como um carro caro pode ser um símbolo de status, uma educação de elite pode ser percebida da mesma forma. Instituições educacionais prestigiadas, cursos exclusivos e qualificações raras se tornam, neste contexto, não apenas ferramentas para o desenvolvimento intelectual ou profissional, mas também marcadores de status social.

Este consumo de “educação de luxo” pode ser visto como uma extensão do conceito de Veblen sobre o consumo conspícuo, onde o valor não reside apenas no conteúdo educacional, mas também na distinção que ele confere ao indivíduo na sociedade. Do ponto de vista de Smith, tal investimento na educação poderia ser justificado pela geração de riqueza e progresso social que advém do aprimoramento das habilidades e conhecimentos. Por outro lado, Veblen poderia argumentar que, em alguns casos, o investimento em educação de prestígio pode também refletir um desejo de exibição e distinção, mais do que um compromisso genuíno com o aprendizado ou a melhoria social.

Portanto, a consideração da educação como um bem de luxo se alinha à discussão de Smith e Veblen sobre o comportamento humano e a busca por aprovação social. Ela ilustra como diferentes formas de consumo, seja de bens materiais ou imateriais, podem ser empregadas na busca incessante pelo respeito e admiração dos pares, refletindo as complexidades e nuances dos impulsos humanos na sociedade capitalista." Essa integração amplia a discussão para além dos bens físicos, colocando a educação no mesmo espectro de análise e explorando como ela se encaixa nas teorias de Smith e Veblen.

A concepção de educação como um bem de luxo e um instrumento de distinção social encontra eco nas teorias de Pierre Bourdieu, particularmente em sua análise do “capital cultural”, desenhada em sua obra de 1979: “A Distinção: Crítica Social do Julgamento”. Bourdieu (1979) argumenta que, além do capital econômico (riqueza financeira), o capital cultural — o conjunto de conhecimentos, habilidades, educação e vantagens que um indivíduo possui — desempenha um papel crucial na distinção de classes. Segundo o autor, o capital cultural pode ser adquirido, por exemplo, através da educação formal em instituições prestigiadas, que não apenas proporciona

conhecimento, mas também uma certa 'etiqueta' social, modos de falar, gostos e preferências que são valorizados pela elite.

Neste sentido, a educação se transforma em uma ferramenta poderosa para a distinção de classes. A posse de capital cultural elevado não se manifesta apenas na aquisição de diplomas ou títulos, mas também na forma como os indivíduos se apresentam, na sua capacidade de apreciar certas formas de arte ou engajar-se em conversas intelectualizadas. Isso cria uma forma de 'distinção', um termo usado por Bourdieu (1979) para descrever como as classes superiores estabelecem e mantêm suas diferenças em relação às outras classes.

Desta maneira, a educação, conforme abordada por Smith e Veblen como um meio de busca por aprovação social e status, também pode ser interpretada à luz das teorias de Bourdieu como um meio de acumular e exibir capital cultural. Isso reforça a ideia de que a educação não é apenas um caminho para o desenvolvimento pessoal ou profissional, mas também um símbolo de status social e um meio de distinção de classes.

Assim, a discussão de Bourdieu sobre o capital cultural oferece uma perspectiva complementar e aprofundada às ideias de Smith e Veblen. Enquanto Smith e Veblen focam nas motivações e consequências do consumo de bens de luxo no contexto da aprovação social e distinção, Bourdieu nos permite entender como a educação, como uma forma de capital cultural, desempenha um papel semelhante na estruturação das relações de poder e na manutenção das hierarquias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compra de um carro importado por valores exuberantes, acima de seis dígitos, ou o uso diário de roupas de grife, é um padrão de comportamento observado na grande maioria de indivíduos que possuem melhores condições financeiras, um padrão dos mais ricos. Porém, seria o preço dos carros importados ou das roupas de grife consequência pura e exclusiva da qualidade do bem ou trabalho investido para sua produção? Por exemplo, no caso dos carros, o fato de o motor ser mais potente? Ou, para as roupas, os tecidos mais confortáveis e duráveis? De maneira pouco intuitiva, seria elevado preço do produto que o torna mais atrativo aos consumidores? Dois grandes teóricos e economistas do passado – Smith e Veblen - parecem entregar respostas ou, ao menos, boas reflexões para essas questões mencionadas.

Smith (1759) e Veblen (1899) enxergam os humanos como seres em constante busca por auto-respeito, avaliação positiva dos demais, e a validam através do consumo de bens de luxo, capazes de os distinguirem dos demais. Diante da concepção do comportamento humano

apresentado por ambos, fica claro que a riqueza não é objeto de desejo para a simples satisfação de suas necessidades físicas ou geração de conforto, ela é almejada como forma de conquista de respeito, através da exibição e distinção que a mesma pode possibilitar, colocando o indivíduo de maneira relativamente superior diante da sociedade que o cerca.

Para além da concepção tradicional de Veblen e Smith, é possível que a conquista de educação também atue como um selo de distinção social? Assumindo a hipótese de que sim, trata-se de uma forma de distinção social mais eficiente e significativa. Note que inclusive resolveria parcialmente a problemática verificada por Veblen sobre a busca pela aprovação social via o consumo conspícuo. A educação não trata-se de um bem qualquer, a educação gera externalidades positivas consideráveis na medida em que uma sociedade composta por indivíduos mais educados trata-se de uma sociedade não só mais produtiva, como também, formada por pessoas mais dignas e bem-informadas sobre questões políticas, econômicas e sociais, o que, por consequência, as torna mais capacitadas para escolherem os melhores governantes. Em síntese, a educação traz consequências benéficas em diversas áreas sociais, compensa parcialmente os efeitos adversos da divisão do trabalho, eleva o nível de informação e discernimento da sociedade, além de contribuir para a segurança e estabilidade governamental, ao permitir que a comunidade tome decisões fundamentadas em seu papel como cidadãos.

Dessa forma, existe uma sinergia virtuosa entre a busca por aprovação social e o desenvolvimento humano e econômico. Na medida em que a educação é um bem de luxo, a busca por ela trata-se de uma necessidade não frívola e superficial, mas de uma necessidade aderente não só às necessidades individuais como também sociais.

Contudo, será que, de fato, aos olhos da sociedade, a educação é um bem de luxo capaz de distinguir socialmente os indivíduos? Existem fortes razões para acreditarmos que sim, contudo existem alguns atuantes. De maneira superficial podemos admitir que os indivíduos mais educados e conseqüentemente mais produtivos possuem melhores oportunidades de emprego, sendo assim, em média, melhor remunerados. Essa melhor remuneração dá a eles a possibilidade de adquirirem cestas de consumo diferenciatórias que os garantiriam o selo de aprovação social. Note que nesta consideração, a educação seria um meio para o status social via o velho consumo de bens de luxo. Contudo, a proposta aqui é diferente, a educação por si só seria um bem de luxo – por exemplo, um indivíduo buscaria seu título de doutor em determinada área de conhecimento por uma instituição renomada, por razões que vão além da busca por melhores oportunidades de emprego, razões inerentes à própria natureza humana permeadas pela busca da validação social.

A educação pode transcender a mera aquisição de habilidades e conhecimento, especialmente quando adquirida em instituições renomadas. Neste contexto, o diploma ou título obtido - como um doutorado de uma universidade prestigiada - pode servir como um indicador de status, similar a possuir um bem material de luxo. Isso se alinha com a ideia de capital cultural de Bourdieu, onde a educação se torna uma forma de capital que pode ser exibida e reconhecida socialmente. Dessa forma, a educação se configura não apenas como um meio para melhorar as oportunidades de emprego e renda, mas também como um fim em si mesma, um símbolo de prestígio e distinção.

É importante considerar que a percepção da educação como um bem de luxo pode variar significativamente de acordo com o contexto cultural e social. Em algumas sociedades, a educação, especialmente em níveis superiores e em instituições de prestígio, pode ser vista predominantemente como um privilégio acessível apenas a uma elite, reforçando a ideia de distinção social. Em outras, a educação pode ser mais democratizada e valorizada por seu papel intrínseco no desenvolvimento pessoal e profissional, não sendo necessariamente vista como um meio de exibição de status.

Portanto, a proposta de que a educação, por si só, é um bem de luxo é uma questão que requer uma análise cuidadosa e consideração de múltiplos pontos de vista. Podemos por exemplo, a fins de ilustração compararmos a compra de uma Ferrari nova à um título de doutor expedido por uma universidade de renome, qual garante maior “aprovação social”? É razoável admitirmos que a Ferrari, para a maior parte da população, possui um julgamento de valor superior, entretanto, tal julgamento não é excludente, o título de doutor por si só também apresenta certa apreciação social, em especial, se pensarmos em determinados nichos sociais. Esta análise revela as nuances na forma como diferentes bens, sejam materiais ou imateriais, são valorizados pela sociedade.

É verdade que, em muitas sociedades, a posse de um carro de luxo como uma Ferrari pode ser imediatamente percebida como um símbolo de riqueza e status. Este tipo de bem material tem um apelo visual e uma conotação de prestígio que são facilmente reconhecíveis pela maioria das pessoas. Por outro lado, um título de doutorado de uma universidade prestigiada pode não ter o mesmo apelo imediato ou universal, mas carrega um alto nível de respeito e admiração, especialmente em certos círculos sociais e acadêmicos.

O título de doutorado representa não apenas a realização acadêmica, mas também a dedicação, o conhecimento e a competência do indivíduo. Em determinados nichos sociais, especialmente naqueles que valorizam o capital cultural e intelectual, um doutorado pode ser

considerado um bem de luxo e um símbolo de status tão poderoso quanto, ou até mais do que, bens materiais caros.

Portanto, a apreciação social de bens como uma Ferrari e um título de doutorado depende em grande parte do contexto cultural e das normas sociais. Enquanto um pode ser mais valorizado em um contexto mais amplo e visível, o outro pode ser altamente prestigiado em círculos mais restritos ou educados. Essa variação na percepção de valor reforça a ideia de que a aprovação social é um conceito multifacetado, influenciado por diversos fatores, incluindo educação, riqueza, cultura e os valores predominantes em uma sociedade.

Fato é que a educação pode ser sim considerada um bem de luxo e portanto alvo dos indivíduos como forma de distinção social. O trato da educação como bem de luxo leva à constatação de que por suas externalidades econômicas e sociais importantes, a constante busca por validação social, traço da natureza humana, leva à uma dinâmica benéfica. Portanto, a busca por aprovação social seria, dessa forma, semelhante à Smith, um comportamento benéfico, mas não às avessas, mas eficaz e significativo.

O presente artigo não esgota a discussão levantada, contudo, levanta boas questões e serve como ponto de partida para aprofundamentos e debates futuros. O fato de a educação ser considerada um bem de luxo – garante distinção social – eleva a discussão acerca de sua provisão e importância para outro patamar, se considerada sua importância de forma adjacente às considerações de Veblen e Smith.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2014. [Originalmente publicado em 1979].

CAMATTA, R. Para além do consumo conspícuo: uma proposta de interpretação da teoria do consumo em Thorstein Veblen. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CAVALIERI, M. O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DARWIN, C. *The descent of man and selection in relation to sex*. London: John Murray, 1871.

NURKSE, R. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

DETONI, O. F.

POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.

RAWLS, J. *A theory of justice*. Rev. ed. Cambridge, MA: Belknap Press, 1999.

SMITH, A. *The theory of moral sentiments*. Indianapolis: Liberty Classics, 1759.

SMITH, A. *An enquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. New York: Modern Library, 1776.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class: an economic study of institutions*. New York: Modern Library, 1899.

VEBLEN, T. *The vested interests and the common man*. New York: B. W. Huebsch, 1919.

WEINGAST, B. Adam Smith's "General principles of law and government": Istvan Hont's contribution. *SSRN Scholarly Paper No. ID 3057476*. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2017.

WISMAN, J. Adam Smith and Thorstein Veblen on the pursuit of status through consumption versus work. *Cambridge Journal of Economics*, v. 43, n. 1, p. 17–36, jan. 2019.

Submetido em: 22 de jan de 2024.

Aprovado em: 28 de ago de 2024.

Publicado em: 06 de dez de 2024